

**CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS
CONSEA/AM**

**4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
08 A 10 DE SETEMBRO DE 2011**

DOCUMENTO FINAL



MANAUS -AMAZONAS



2011



APRESENTAÇÃO

No período de 07 a 10 de novembro de 2011 será realizada a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de Construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, e promover a soberania alimentar por meio da implementação da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN) nas esferas de governo e com a participação da sociedade.

Em preparação para esta conferência, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas (Consea/AM) realizou as Conferências Municipais e 11 Sub-Regionais, retirando uma amostragem do diagnóstico da situação em que se encontra a segurança alimentar e nutricional de sua população, destacando os grupos populacionais mais atingidos e as possíveis causas, bem como, proceder a uma avaliação de programas e ações existentes nos municípios do estado, indicando os principais avanços e dificuldades encontradas e prioridades para elaboração de um plano local de segurança alimentar e nutricional e outros.

Obedecida a primeira etapa preparatória para a conferência, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas (Consea/AM), realizou nos dias 08, 09 e 10 de setembro de 2011 a 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando toda a problemática proposta para a segurança alimentar e nutricional. Grupos foram formados para discutir, analisar e propor estratégias, de acordo com os três eixos norteadores, definidos para atender aos objetivos propostos para a 4ª Conferência Nacional de SAN: 1. Avanços, ameaças e perspectiva para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e soberania alimentar. 2. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, baseado nos documentos retirados das conferências sub-regionais e no documento final do seminário do SISAN.

Decorrente de todo o processo realizado no âmbito da 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional estamos encaminhando o Documento Final desta conferência, atendendo ao roteiro previsto para a realização deste evento.

FICHA TÉCNICA

1. MESA DIRETIVA DO CONSEA/AM

- Marc Arthur Loureiro Storck
- Leida Reny Borges Bressane

2. SECRETARIA EXECUTIVA

2.1. Assessoria Técnica

Neires Bader

2.2. Assessoria Administrativa

Silvia Macedo

3. ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL

- Cynthia Tereza Correa da Silva
- Maria de Nazaré Corrêa da Silva

4. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

- Neires Bader

5. RELATORIA

- Cynthia Tereza Correa da Silva
- Maria de Nazaré Corrêa da Silva
- Josevana de Lucena Rodrigues

6. FACILITADORES

- Raimunda Nonata da Silva Correa

- Cintia Mara Rios
- Adenilde Almeida

7. MODERADORES

- Arlete Anchieta
- Nazaré Correa da Silva
- Meire Jane Holanda

DOCUMENTO FINAL

1 – Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar no âmbito estadual.

1.1 Indicação das principais ameaças à efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar e o diagnóstico local dos indicadores de segurança alimentar e nutricional.

As situações abaixo foram discutidas e relatadas nas conferências sub-regionais e fóruns de povos e comunidades tradicionais.

Situações encontradas:

Doenças relacionadas a uma alimentação inadequada (desnutrição, sobrepeso e obesidade) • Mudança dos hábitos alimentares dos povos indígenas (alto consumo de álcool, açúcar e produtos industrializados.) e de terreiro (baixo consumo de legumes, verduras, hortaliças e frutas) • Distância para a distribuição dos alimentos do fabricante até o comércio • Falta de informações quanto a higiene dos alimentos • Falta de fiscalização da vigilância sanitária local • Carência alimentar para famílias de baixa renda • Venda de alimentos não saudáveis dentro das escolas • Ausência de incentivos aos produtores rurais • Deficiência de muitas famílias quanto a utilização correta dos alimentos • Falta de Infraestrutura adequada para a comercialização de alimentos • Ausência de política pública nacional que assegure o direito a alimentação digna à população de baixa renda • Falta de políticas públicas de SAN • Falta de Plano de Segurança Alimentar Municipal onde esteja assegurado o Direito à alimentação a todo cidadão • Falta de conhecimento relativo ao perfil alimentar dos municípios • Falta de recursos humanos e financeiros para estruturar os órgãos competentes que trabalhem no setor primário • Ausência de parcerias que sirvam de apoio aos agricultores do município • Ausência de programas que incentivem as famílias ao cultivo de hortas familiares e comunitárias como complemento alimentar • Desperdício de alimentos • Alimentação em quantidade e em qualidade insuficiente • Ausência de informações adequadas sobre alimentação • Existência de tabu alimentar • Produção de alimentos insuficientes • Falta de equipamentos para beneficiamentos • Falta de transporte adequado com câmara frigorífica em matadouros • Falta de regulamentação nos abatedouros suínos, caprinos e aves em geral • Falta de regularização dos comerciantes, feirantes, para a comercialização dos produtos • Vulnerabilidade alimentar • Comunidades ribeirinhas de difícil acesso desassistidas de informações sobre SAN • Falta de respeito à cultura, à diversidade alimentar e ao consumo local dos povos tradicionais • Falta de preparação dos profissionais técnicos (IDAM, IBAMA) com respeito a cultura territorial dos povos tradicionais, caboclos, mestiços, indígenas e quilombolas • Políticas não adequadas ao ciclo hidrológico da região • A efetivação do acompanhamento nos programas sociais do governo desestimula a produção local • Falta de revisão dos parques, unidades de conservação, áreas de preservação ambiental e reservas territoriais onde

já existiam populações tradicionais, caboclos, mestiços, indígenas e quilombolas • Intoxicação alimentar • Doenças parasitárias • Falta de capacitação aos povos indígenas e quilombolas sobre SAN • Falta de acesso dos povos indígenas, quilombolas e de terreiro às políticas afirmativas e ao controle social • Falta de incentivo à economia solidária • Terras sem título para os povos indígenas. • Ausência de diagnóstico das situações de insegurança alimentar para indígenas, quilombolas e povos de terreiro • Subemprego entre os povos de terreiro • Falta de saneamento básico para povos de terreiro • Racismo institucional • Tuberculose entre adultos (dos povos de terreiro) • Falta de representação dos povos de terreiro nos centros urbanos, na sua forma de ser e estar no mundo • Falta de respeito à diversidade étnica e religiosa • Falta de políticas para a aquisição de alimentos tradicionais dos hábitos alimentares dos povos de terreiro, com educação agroecológica • Programas de melhorias na utilização de grãos de consumo tradicional entre os povos de terreiro • Falta de incentivo à economia solidária aos quilombolas • Falta de proteção ao território dos povos tradicionais.

Grupos populacionais:

Comunidades indígenas (DAW, HUPDAH, YUHUPDEH, YANOMAMI, CAMÃS e MACUS são os mais afetados), povos e comunidades tradicionais. • Idosos • Crianças • Gestantes • Ribeirinhos • Mulheres • Favelados das áreas urbanas e rurais • Moradores de rua • Agricultores familiares • Portadores de necessidades alimentares especiais.

Possíveis causas:

Dificuldade de acesso à informação • Acessibilidade difícil às áreas indígenas • Diminuição do estoque pesqueiro devido à pesca esportiva • Falta de incentivo e de capacitação às famílias que trabalham com a agricultura familiar • Dependência dos municípios em relação a Manaus na aquisição de alimentos • Dificuldade de acesso a técnicas adequadas para o cultivo • Falta de saneamento básico • Manipulação e consumo inadequado de alimentos • Falta de incentivo e acesso à informação • Falta de poder aquisitivo de grande parte da população • Suspensão de fornecimento em função dos incentivos fiscais • Falta de interesse dos gestores municipais • Falta de conhecimentos quanto ao valor nutricional dos alimentos • Desemprego • Falta de acesso aos serviços públicos. Ausência de técnicos em nutrição para facilitar e contribuir com os trabalhos do (a) nutricionista • Falta de incentivo à agricultura • Êxodo rural • Desestrutura familiar; • Ausência de planejamento financeiro • Preços abusivos dos produtos locais • Falta de interesse dos gestores municipais • Incentivo a produção escoamento, armazenamento e distribuição agrícola e pescado local • Deficiência na logística local da produção agrícola e pescado • Políticas que não se adequam a realidade sócio cultural e geopolítica da região • Ausência do profissional nutricionista nas escolas de alguns municípios • Consumo de alimentos industrializados • Utilização de forma inadequada e indiscriminada de agrotóxico nas plantações • Falta de Equipamentos de Proteção Individual • Ausência de profissionais capacitados para atuar nas diversidades regionais • Falta de implementação, estimulação e fiscalização do PNAE em todos os municípios • Falta de higienização dos barcos.

1.2 Balanço das ações e programas no Amazonas

Programas e Ações do Governo-

1.2.1. Municipais/Estaduais:

Assistência pela Secretaria de Ação Social – São Paulo de Olivença (cesta básica + leite NAN) • Programa de Segurança Alimentar e Nutricional de Itacoatiara/PSANI • Monitoramento da qualidade da alimentação escolar • Acompanhamento às famílias com alimentação saudável e horta caseira • Instituto de Desenvolvimento do Amazonas; - IDAM • Prato Cheio – Borba • Distribuição de cestas básicas para pessoas de baixa renda e indígenas através da Secretaria Estadual Indígena • parcerias com as instituições SEBRAE, SENAI, SENAC, SAMAÚMA, UEA e UFAM • Venda de frangos a

baixo custo – Borba • SEPLAC e PEHE (Borba) • BPC (Parintins) Tiro de Guerra (Carauari) • Bolsa Floresta (estadual) • Distribuição de sementes para o cultivo de hortas (Manicoré) • PREME (Programa de Regionalização da Merenda Escolar) – Parintins, Manacapuru, Itacoatiara e Manicoré.

1.2.2. Federais:

PAA • Pró-Jovem • CRAS • Seguro defeso • Assistência ao Idoso • Bolsa-Família (Federal) • Salário Maternidade + Auxílio Doença + PETI (bi mensal) • Jovem Cidadão • CONAB • PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar • PRONAF • Regionalização da Alimentação Escolar • SISVAN • Pró-Jovem Adolescente • Suplementação de Ferro • NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) • PRONAF • CREAS • Jovem Cidadão • Prato Cidadão.

Avanços (detectados em alguns programas e alguns municípios):

Facilidade de aquisição de alimento • Parcerias com SEBRAE, SENAI, SENAC, SAMAÚMA, UEA e UFAM • Aquisição de material escolar e vestimentas • Facilidade de acesso da população à Alimentação mais saudável e de baixo custo • Fortalecimento de alimentos da própria terra (Ex: Açaí) • Cardápio padronizado pela nutricionista nas escolas • Implantação dos CIREN's • Melhoria na qualidade da alimentação escolar • Realização de Conferências em Segurança Alimentar e Nutricional municipais • Realização de cursos profissionalizantes para merendeiras • Introdução de hortaliças na alimentação e da multimistura como complemento alimentar nos casos de desnutrição • Orientação quanto ao reaproveitamento de alimentos • Acesso das famílias aos programas sociais • Melhoria das condições de vida das pessoas com redução dos índices de doenças causadas pela má alimentação • Palestras a diabéticos, hipertensos, gestantes, crianças e adolescentes • Incentivo ao registro de nascimento ao acompanhamento na saúde e educação • Combate à miséria • Inclusão de novas famílias nos programas sociais • SNSAN • Educação UEA/UAB/IFAM • Cobertura e atualização do Cadastro Único • Desenvolvimentos infantil • Acompanhamento aos beneficiários do Bolsa Família quanto a frequência na escola, rendimento escolar, saúde, nutrição e geração de renda • Aumento do número de beneficiários do Bolsa-Família • Parceria entre CONAB, IDAM, MDA e cooperativas locais • Melhoria da qualidade dos produtos • Melhoria no preparo e na manipulação dos alimentos • Criação da Lei Orgânica Estadual de SAN • Encontros inter-setoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais • Escolarização da Alimentação Escolar – em Manacapuru • Inclusão dos catadores de material reciclado no PAA • Participação do segmento de catadores de material reciclado no CONSEAN/AM • Instalação da Caixa Econômica Federal em São Paulo de Olivença.

Dificuldades:

Falta de esclarecimentos a respeito de uma boa alimentação • Falta de investimento em projetos de boas práticas alimentícias • Criação de um centro de referência à pessoa idosa • Continuidade aos trabalhos • Os recursos dos programas governamentais não suprem a demanda local • Parceria com as igrejas e associações comunitárias • Falta de apoio das organizações governamentais aos indígenas para viabilizar atividades, durante a cheia e a seca, que garantam o acesso aos alimentos - como a caça - e geração de renda - como a comercialização de madeira, proveniente da derrubada de árvores.

Ações da sociedade civil (detectadas em alguns municípios)

Pastoral da Criança • APAL (alimentação adequada, ex. produção própria de pães) • Programa "Mesa Brasil" • Casa de Acolhida • Caminhada de conscientização • Palestras • Uso de rádio municipal • Pastoral do Idoso • Leite é vida (AMARU) • Pastoral do Menor • ASPROC (comunidade solidária) • Sindicato dos Trabalhadores Rurais (sub-regional de Carauari) • Associação dos Pescadores • CNS (Inclusão Digital/Defesa dos Seringueiros • Projeto Brincar é Aprender • PAIF.

2 – Indicação de prioridades para o Plano Estadual e para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (priorização das ações e programas)

2.1 - Oferta de alimentos aos estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social,

Criação de hortas comunitárias e escolares, cozinhas comunitárias e restaurantes populares e utilização de tecnologias sociais, como também feiras comunitárias • Incentivar a criação pecuária, desde que obedecidas as regras ambientais e se possível, utilizando-se de tecnologias agropastoris • Garantir a inclusão do Pescado no PGPM e o peixe da piracema. • Fomentar a criação de políticas voltadas para pessoas com necessidades alimentares especiais como obesos, diabéticos e pessoas com sobrepeso, celíacos (resistência a glúten) • Criação de um calendário escolar específico levando em consideração a vocação agrícola do estado • Acompanhamento da Alimentação Escolar pelos pais e pelo CAE • Identificação e priorização de grupos mais vulneráveis na SAN • Criação de um fundo estadual para atender os grupos mais vulneráveis em SAN.

2.2 - Transferência de renda

Bolsa-igarapé para aquelas comunidades das áreas de vulnerabilidade social e ambiental (seguro várzea) • Pagamento de indenizações e compensações para as comunidades ribeirinhas e caboclas que tem seus lagos e rios invadidos por motores de pesca e pela pesca predatória com as verbas de um fundo a ser criado com as multas pagas pelos infratores • Exigência da conclusão do programa de zoneamento econômico ecológico do estado do Amazonas para dar viabilidade à implantação do seguro várzea.

2.3 - Educação para a segurança alimentar e nutricional e capacitação de recursos humanos nas áreas de produção agrícola.

Realização de capacitações sobre educação alimentar e nutricional para ACS, merendeiras, lideranças da sociedade civil organizada e outros grupos • Criação de programas de capacitação voltados aos agricultores para a produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e escoamento de produtos alimentares • Apropriação por parte da sociedade civil de tecnologias disponíveis voltadas para o campo da saúde, mediante articulação com a academia e os institutos de pesquisa, **que atuam com financiamento preferencialmente estadual e nacional.** • Realização do levantamento dos produtos agropecuários oferecidos por município, tipificando qual o produto – quantidade oferecida – para incentivar o aumento da oferta e outros produtos com potencial para serem oferecidos no município • Inserção da perspectiva de educação popular nos processos de educação alimentar e nutricional • Inclusão da SAN no currículo escolar • Envolvimento das entidades e instituições municipais e estaduais do CONSEA na construção de uma educação sobre SAN • Fortalecimento da importância da alimentação escolar para a educação formal.

2.4 –Criação de equipes transdisciplinares de apoio à implantação do plano de SAN

Ampliação do número de profissionais qualificados contratados por concurso público pelo governo do estado (IDAM, SEAS, SUSAM e outros) nas áreas de assistência técnica agrícola, de piscicultura, avicultura, meliponicultura/apicultura, bem como nutricionistas e assistentes sociais no interior do Estado do Amazonas.

2.5 -Fortalecimento da agricultura familiar bem como o manejo, a conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade

Ampliação e diversificação da produção de alimentos baseado nos sistemas agroflorestais • Ênfase na facilitação do escoamento da produção para todo o Estado do Amazonas • Criação de programas de capacitação de agricultores para a produção, manipulação, beneficiamento e armazenamento de produtos alimentares • Garantia ao pequeno e médio produtor através do PGPM – Preço Mínimo • Garantia, através de

legislação específica para o estado, da compra de produtos de pequenos e médios produtores • Criação e fortalecimento de cooperativas e associações de agricultores para incentivar o acesso a comercialização • Fortalecimento e formalização das entidades dos produtores rurais • Criação do selo da agricultura familiar • Implementação do seguro/perda de safra para agricultor familiar.

2.6 - Segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, tais como caboclos e ribeirinhos.

Garantia do fortalecimento da SEIND para elaboração de um plano integrado com as demais Secretarias de Estado, tais como SEPROR, SUSAM, SEDUC, SEAS, para atendimento das demandas de Segurança Alimentar e Nutricional adequada e saudável para as populações indígenas • Recursos financeiros para contratação de técnicos agrícolas indígenas e todos os profissionais indígenas da área de SAN, em consonância com os profissionais e lideranças indígenas • Criação de projetos de incentivo à venda de artesanatos, comidas e bebidas típicas dos povos indígenas • Demarcação das terras indígenas e de quilombolas e legalização das terras dos povos de terreiro • Criação de banco de sementes baseado no conhecimento tradicional para indígenas e povos de terreiro e criação de banco de ervas para a utilização dos povos de terreiro • Programas de geração de emprego e renda a partir da cadeia produtiva, baseada na cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais • Participação dos povos de terreiro e dos indígenas que residem nas áreas urbanas no programa de distribuição de cestas básicas no Amazonas • Criação de programas de incentivo ao turismo ecologicamente correto nas áreas dos quilombolas • Implantação do selo (pagamento) floresta em troca dos cuidados que os moradores tem com o espaço vivencial para quilombolas • Revisão das ações do IBAMA para garantir as necessidades básicas dos quilombolas • Identificação de novas comunidades quilombolas pela Secretaria Estadual de Ação Social • Criação de programas de educação agroecológica envolvendo práticas de manejo e cultivo de sementes, baseada no conhecimento tradicional • Garantia de acesso dos povos tradicionais às pesquisas realizadas pelos institutos/órgãos competentes (EMBRAPA, INPA) com retorno dos benefícios a esses povos. • Geração de energia elétrica para os povos indígenas waimiri - atuari • Criação de programas de incentivo financeiro à criação de animais silvestres, como porco-do-mato, javali, anta, capivara, frango, pato e peixes • Desenvolvimento da agricultura para os povos tradicionais • Resgate dos hábitos alimentares (ex: bejú, tapioca e secagem do peixe) • Adequação dos itens da cesta básica, respeitando as especificidades locais • Orientação técnico-jurídica aos povos tradicionais para acesso aos programas sociais. • Capacitação dos povos tradicionais para a estocagem adequada e o transporte dos alimentos durante o período da entressafra • Instituição das políticas de SAN como políticas de estado.

2.7 - Implantação e implementação dos Conselhos Municipais e ampliação do Controle Social exercido pelos Conselhos Municipais e Estaduais de SAN

Penalização dos municípios que não tiverem os CONSEAS em funcionamento adequado • Articulação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil para desenvolver programas integrados de SAN, inclusive para ajudar na criação dos Conselhos nos municípios onde atuam • Cobrança do CONSEA junto ao poder público para que haja o cumprimento da Lei. 11.947, que obriga os gestores a comprar no mínimo 30% produção da Agricultura Familiar para a alimentação escolar • Reavaliação das representações do CONSEA-AM • Realização de reuniões itinerantes para aprofundar as ações do CONSEA-AM • Criação de comitê multidisciplinar • Criação de um portal para denúncias sobre SAN • Disponibilização dos resultados das pesquisas sobre SAN realizadas pelos institutos do Estado.

2.8 - Vigilância Sanitária.

Intensificação da fiscalização no transporte e no armazenamento dos alimentos provenientes dos abatedouros e estabelecimentos de comercialização e manipulação de alimentos, inclusive em ambientes escolares.

2.9 - Projeto de Elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Garantia da criação da CAISAN • Garantia da presença de representantes da sociedade civil organizada (eleitos em Fórum Específico) na equipe de elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas • Publicização do plano nos meios de comunicação e apresentação em audiências públicas por sub-regiões do estado/territórios • CONSEA/AM como instância consultiva e deliberativa no plano • Avaliação/implementação do plano a cada dois anos com vigência geral de 4 anos, conforme Decreto 7.272/ 2010 • Garantia de recursos que garantam a execução do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA) • Construção de orçamento partilhado pelos órgãos participantes.

3 – Compromisso político do governo e da sociedade civil com a implantação do SISAN

3.1 – Análise sintética do quadro de implantação e funcionamento dos componentes do SISAN no Estado do Amazonas

O projeto de Segurança Alimentar no Amazonas demandou uma mobilização pautada na interação com o CONSEA e gestores estaduais e municipais, bem como com a sociedade civil organizada. Como ponto de partida para a Implantação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o projeto teve como principais metas, a Revisão do Regimento Interno, bem como da Lei Orgânica Estadual e a Realização do I Seminário para Implantação do SISAN/AM. A construção do Sistema Estadual de SAN apresenta os seguintes marcos regulatórios:

1º) Criação do CONSEA/AM – instituído por Decreto n. 24.142, de 07 de abril de 2004 e composto por 2/3 de membros da sociedade civil e 1/3 membros do setor governamental;

2º) Lei Orgânica Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei nº 3.476, de 03 de fevereiro de 2010.

Após a promulgação da Lei Orgânica Estadual de SAN, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SEAS, através da Subgerência de Segurança Alimentar e Nutricional, juntamente com o CONSEA/AM, realizaram o I Seminário para Implantação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, evento realizado com o financiamento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ocorrido nos dias 23 e 24 de setembro de 2010, com a finalidade de estabelecer ações para implantar o SISAN no Amazonas. Com base no relatório desse evento, foram propostas as seguintes ações:

Quadro 1 – Etapas/ situação atual da implantação do SISAN no Estado do Amazonas

Ações	Situação
Criação do CONSEA/AM	Executada
Criação da Lei Orgânica Estadual de SAN	Executada
Revisão da Lei Orgânica Estadual com base na Lei 7.272/2010	Em andamento
Criação da CAISAN	Não executada
Construção do Plano Estadual de SAN	Em Construção

3.2 – Propostas para a implantação/consolidação do SISAN no Estado do Amazonas.

- a) Regulamentação e efetivação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, articulando os Órgãos do Estado: SDS/ADS, SEAS, SEDUC, SEPROR/IDAM, SUSAM, ITEAM, SEIND, UEA, FAPEAM, CETAM, SECT, SETRAB;
- b) Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional pela CAISAN estadual ouvido as decisões da 4ª CESAN e o CONSEA;
- c) Criação Fórum de SAN.